



CONSULTA PÚBLICA

ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Aprendizagens Essenciais

AGOSTO 2025

Nota Prévia

A Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, enquanto entidade de âmbito nacional que agrega organizações da sociedade civil comprometidas com a promoção da coesão social e territorial, a igualdade de género, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, saúda a abertura da presente consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e a atualização das Aprendizagens Essenciais no domínio da Cidadania e Desenvolvimento.

A participação nesta consulta reflete o compromisso da Animar com uma educação transformadora, plural e crítica, centrada na construção de comunidades mais justas, democráticas e inclusivas. Reconhecemos o papel central da Educação para a Cidadania na formação de cidadãs e cidadãos conscientes, ativas/os e solidárias/os, capazes de intervir nos territórios em que vivem e de contribuir para a transformação social.

A experiência da Animar na dinamização de iniciativas educativas não formais, de capacitação cidadã e de trabalho com comunidades em contextos diversos – incluindo zonas rurais e territórios de baixa densidade – evidencia a importância de uma abordagem territorializada e inclusiva da Educação para a Cidadania. Esta deve ser articulada com os princípios da justiça social, da igualdade, da participação democrática e da valorização da diversidade cultural, geracional e socioeconómica.

Neste sentido, os contributos aqui apresentados partem da escuta ativa das organizações associadas, bem como da análise crítica dos documentos submetidos a consulta, propondo um reforço do enfoque nas dimensões da cidadania ativa, da participação comunitária, dos direitos humanos, da igualdade, da sustentabilidade, da governação democrática e da educação para os bens comuns. Acreditamos que a revisão da ENEC e das Aprendizagens Essenciais constitui uma oportunidade estratégica para alinhar as políticas educativas com os desafios contemporâneos, promovendo aprendizagens significativas e contextualizadas, que articulem o currículo escolar com a vida real das alunas e dos alunos nas comunidades.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Contributos para a Secção 1. Ser Cidadão e Cidadã

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentário:

A redação é clara nos objetivos centrais da cidadania democrática, mas utiliza uma linguagem excessivamente formal e pouco acessível para o conjunto da comunidade educativa (alunos/as, famílias, educadores/as de contextos não académicos). A ausência de linguagem inclusiva compromete a conformidade com tratados internacionais subscritos por Portugal e afeta a representatividade plena de todas as pessoas cidadãs.

Embora o texto reconheça bem os desafios globais contemporâneos e a importância da cidadania ativa, não assegura o alinhamento com os compromissos internacionais de Portugal no plano da igualdade, diversidade e justiça social. O conceito de cidadania aqui proposto é normativo e limitado, reduzindo a cidadania à participação "cívica" e institucional, e descurando a sua dimensão crítica, transformadora e interseccional. A proposta destaca o tema da coesão social. No entanto, o conflito pode ter um papel importante no aprofundamento da democracia plural e na construção das comunidades.

Propostas:

- Reformulação do texto para adotar linguagem inclusiva de género, de acordo com o Manual de Linguagem Inclusiva do CES, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção de Istambul. Reporta-se também como referência, o Manual de Linguagem Inclusiva", aprovado pelo Conselho Económico e Social.
- Introdução explícita da dimensão da Igualdade de Género enquanto princípio estruturante da cidadania, quer no texto introdutório, quer nas Dimensões da Estratégia. A cidadania democrática não pode ser construída sem justiça de género e reconhecimento da diversidade.
- Reforçar a perspetiva crítica da cidadania, superando a ideia de mera adaptação aos valores dominantes. A cidadania deve incluir a capacidade de questionar desigualdades, promover justiça social e mobilizar o conhecimento ao serviço do bem comum.
- Sugerimos a inclusão de exemplos concretos (ex.: como a escola pode promover a cidadania perante desafios como o racismo, sexismo, pobreza ou desinformação), para dar substância pedagógica ao conceito proposto.

Contributos para a Secção 2. Educar para a Cidadania

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentário:

A linguagem é globalmente clara e articulada, mas continua a usar uma formulação tecnocrática e pouco inspiradora para educadoras/es e comunidades. Falta uma linguagem mais centrada nas pessoas, na experiência escolar e no contexto real dos alunos e alunas. A ausência de uma abordagem interseccional e de linguagem inclusiva de género também compromete a clareza e a representatividade. Quando são referidos “desafios atuais”, deveria ser incluída a desigualdade de género. Neste campo, a desigualdade entre homens e mulheres; a discriminação com base na orientação sexual, na identidade ou na expressão de género são fenómenos cada vez mais preocupantes.

Embora o texto reconheça alguns dos desafios contemporâneos (como saúde mental, IA ou mobilidade), dilui questões essenciais como a Igualdade de Género, a Interculturalidade, o Antirracismo, a Justiça Climática e os Direitos das Pessoas LGBTIQIA+. Além disso, não refere diretamente a Educação Sexual como um instrumento pedagógico para a cidadania.

Propostas:

- Reintroduzir a Igualdade de Género como Dimensão autónoma, refletindo os compromissos da ENIND 2030 e os tratados internacionais de que Portugal é signatário.
- Incluir a Educação Sexual Compreensiva (conforme a Lei n.º 60/2009 e as orientações da OMS, UNESCO, UNICEF e UNFPA) como componente obrigatória da dimensão “Saúde”, dado o seu papel na formação cidadã e na prevenção de discriminação, violência e desigualdades.
- Expandir a noção de cidadania para além da “participação cívica”, incorporando dimensões críticas como justiça social, combate à desinformação, consciência ecológica, ativismo jovem e defesa dos bens comuns.
- Aprofundar a articulação com o quadro internacional de referência do Conselho da Europa, mas alinhando também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Género), 10 (Redução das Desigualdades), 13 (Ação Climática) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)., aprofundamento também a relação local - global da Agenda 2030 - ODS.
- Incluir no termo de sustentabilidade (nas suas diferentes dimensões: económica, sociocultural e ambiental).
- Incluir além de sociedades justas e sustentáveis a resiliência.

Contributos para a Secção 3. Quadro conceptual e Dimensões da Educação para a Cidadania

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentário:

A organização das Dimensões em dois grupos cria hierarquias artificiais. Dimensões como Saúde, Pluralismo e Diversidade Cultural e Media são centrais e deveriam ser obrigatórias todos os anos, tal como as demais. Além disso, falta uma nona Dimensão dedicada à Igualdade e Diversidade, que deveria ficar invisibilizada e referida de forma genérica.

O quadro conceptual é, em termos gerais, coerente com as orientações europeias e internacionais. Contudo, carece de maior precisão e profundidade nos conceitos ligados à justiça social, igualdade de género e diversidade, que são centrais à cidadania democrática e inclusiva. A linguagem usada continua a privilegiar uma neutralidade formal que invisibiliza desigualdades estruturais entre mulheres e homens.

Assegurar que as crianças e jovens conheçam as instituições democráticas e sejam capazes de refletir sobre cidadania ativa, democracia, ética e integridade na governança democrática, reconhecendo a importância da igualdade entre mulheres e homens como princípio estruturante de sociedades democráticas e justas. Promover o debate sobre a participação política das mulheres, a paridade nos órgãos de decisão e a eliminação de barreiras à igualdade de representação. Refletir sobre o papel internacional de Portugal, nomeadamente na União Europeia, no reforço dos direitos humanos, da igualdade de género e da justiça social, num contexto de globalização e interdependência, assumindo uma participação ativa e informada na co construção de um mundo pacífico, inclusivo, igualitário e livre.

1. Direitos Humanos

Ponto forte: O enquadramento valoriza a cultura de direitos e a coesão social.

No entanto, é importante reconhecer que o conflito pode ser ocasião de aprofundamento das democracias e da construção das comunidades (ex. Teatro do oprimido)

Propostas:

- A abordagem é demasiado genérica. A igualdade de género, o antirracismo, os direitos das pessoas LGBTIQIA+, das pessoas com deficiência e dos imigrantes devem ser referidos explicitamente.
- A ausência de linguagem inclusiva e de conceitos como interseccionalidade, justiça social ou luta contra os discursos de ódio compromete o potencial desta Dimensão.
- Recomendamos que esta Dimensão inclua, de forma expressa, a educação para o reconhecimento da diversidade humana, o combate à discriminação múltipla e à violência de género e sexual.
- Desconstruir preconceitos que estão na base de masculinidades tóxicas, de que o fenómeno dos Incels é sintomático.
- Educar para sinais de alerta sobre violência sexual nas famílias.
- Educar para o significado do género e das suas expressões, promovendo a inclusão e a igualdade de todas as crianças e jovens na escola, independentemente da sua orientação sexual, identidade ou expressão de género.
- Incluir como temática fundamental a sexualidade e a construção de relações de intimidade saudáveis e igualitárias, prevenindo a violência no namoro, a violência sexual, a gravidez não desejada e as doenças sexualmente transmissíveis. Incluir temáticas como relacionamentos afetivos saudáveis.

2. Democracia e Instituições Políticas

Ponto forte: Valoriza a cidadania ativa e o conhecimento das instituições democráticas, bem como a co construção de uma sociedade livre e pacífica.

Propostas:

- A redação atual é demasiado centrada na participação cívica formal e institucional, desvalorizando as formas plurais de participação democrática, como a economia social, o ativismo comunitário, os movimentos sociais, o voluntariado ou outras práticas de economia transformadora.
- Reforçar a referência à paridade de género na representação política, aos obstáculos estruturais à participação e aos direitos políticos de pessoas migrantes, mas velhas e jovens.
- Incluir o pensamento crítico, a deliberação coletiva, a justiça económica e o papel da cidadania na promoção de alternativas democráticas aos modelos económicos dominantes.
- Reforçar a valorização da economia social e solidária, incluindo cooperativas, associações, fundações, misericórdias e mutualidades, como expressão concreta de cidadania democrática e de governação participada. Estas organizações são laboratórios vivos de participação cívica, solidariedade, corresponsabilidade e ética pública, e devem ser conhecidas pelos jovens como parte do funcionamento da democracia económica.
- Incluir os orçamentos participativos escolares e autárquicos; o papel das instituições europeias e multilaterais na defesa dos direitos humanos e da justiça global e os riscos da captura institucional por interesses económicos ou extremismos políticos, promovendo a vigilância democrática.

3. Desenvolvimento Sustentável

Ponto forte: Defende a justiça intergeracional e um mundo sustentável.

Propostas:

- Será importante associar sustentabilidade a direitos sociais, justiça climática, transição justa, economia social e solidária e justiça ambiental.
- Deve incluir desigualdades ambientais, acesso à energia, o direito à alimentação e à água como temas de cidadania.
- Deve relacionar explicitamente com Agenda 2030 e implementação dos ODS em termos locais
- Propomos trabalhar o impacto diferenciado da crise climática sobre mulheres, populações racializadas, pessoas com deficiência e comunidades rurais, numa perspetiva interseccional.
- Incluir a RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO Europeu sobre aprendizagem para a sustentabilidade ambiental e o GreenComp que fazem parte da ação estratégica da UE para promover a aprendizagem para a sustentabilidade ambiental.
- Incluir no contexto internacional a agenda da ONU Agenda 2030- Transformar o nosso Mundo, através da implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

4. Literacia Financeira e Empreendedorismo

Ponto forte: Reconhece a importância da autonomia económica.

Propostas:

- Esta Dimensão surge como desproporcional ao ser obrigatória todos os anos, ao lado de Direitos Humanos e Democracia.
- O empreendedorismo deve ser trabalhado com sentido crítico, promovendo responsabilidade social, economia social e solidária e sustentabilidade — não apenas iniciativa individual ou adaptação ao mercado.
- A literacia financeira deve integrar temas como desigualdade económica, justiça fiscal, consumo ético e combate ao endividamento.

5. Saúde

Ponto forte: Reconhece o bem-estar físico e mental como dimensão cidadã.

Propostas:

- É de rever a omissão da Educação Sexual Compreensiva, na perspetiva de violação da Lei n.º 60/2009 e os referenciais da OMS, UNESCO e UNFPA.
- A saúde deve integrar o autocuidado, a menstruação, a autonomia corporal, os afetos, o consentimento, a prevenção de IST, gravidez não desejada e violência sexual.
- Deve ser uma das Dimensões obrigatórias todos os anos, não podendo estar remetida à recomendação global de abordagem em 2 dos 4 Ciclos obrigatórios.
- A educação para a sexualidade deve ser tratada como parte integrante da literacia em saúde e não como um tema opcional ou sujeito a interpretações individuais. Reduzir esta área a noções genéricas como “respeitar a intimidade” e “promover relações saudáveis” é insuficiente face ao aumento das IST entre jovens, conforme alertado pela DGS. É urgente incluir, nos diferentes ciclos escolares, conteúdos claros e adequados sobre prevenção, contraceção, consentimento informado e diversidade sexual.

6. Risco e Segurança Rodoviária

Ponto forte: Valoriza a cultura de prevenção e autoproteção.

Propostas:

- A formulação atual é excessivamente técnica e não articula com questões de vulnerabilidade social, segurança no espaço público e desigualdade territorial.
- Deve incluir violência sexual em contexto familiar e interpessoal, assédio no espaço público, fenómenos online de aliciamento e exploração.
- Propomos reformular a Dimensão como “Prevenção, Proteção e Segurança Humana”, integrando risco social e proteção contra todas as formas de violência.

7. Pluralismo e Diversidade Cultural

Ponto forte: Valoriza o respeito pela diferença e pela diversidade cultural.

Propostas:

- Carece de aprofundamento no combate ao racismo estrutural, xenofobia, antigitanismo e islamofobia.
- Propomos que inclua também o reconhecimento da pluralidade religiosa, a história da escravatura e colonialismo.
- Deve articular-se com a Dimensão dos Direitos Humanos.

8. Media

Ponto forte: Reconhece a importância da literacia mediática e do pensamento crítico.

Propostas:

A ênfase na tecnologia e na IA não é suficiente. Devem ser abordadas:

- Desinformação e discurso de ódio online;
- Influência dos media na construção dos papéis sociais de género;
- Representações estereotipadas e violência simbólica;
- Algoritmos discriminatórios e vieses da IA.

Esta Dimensão deve promover análise crítica dos media, cidadania digital e direitos online, em articulação com Direitos Humanos.

Contributo para a Secção 4. A Educação para a Cidadania integrada em toda a escola

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentário:

A participação das famílias ou de encarregados/as de educação não pode sobrepor-se a conteúdos científicos e pedagógicos. A escola pública tem o papel de promover o acesso a todas as crianças a uma educação de qualidade e a cidadania faz parte dessa educação. É preocupante abrir a possibilidade de haver famílias que não aceitem conteúdos fundamentais como, por ex. a democracia, os direitos humanos, etc. ou que rejeitem a participação de entidades externas, sejam organizações

da sociedade civil que discutem questões relativas à prevenção da violência no namoro ou até Centros de Saúde que participam na educação sobre doenças sexualmente transmissíveis ou outras. É importante lembrar que a maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes é cometido no seio das famílias.

A proposta é globalmente clara nos princípios de articulação curricular, envolvimento da comunidade e papel da escola. No entanto, carece de enunciação explícita de limites e garantias pedagógicas — nomeadamente no que se refere à autonomia profissional docente e à prevalência da escola pública como espaço de conhecimento crítico e de direitos.

Embora a ENEC valorize o envolvimento da comunidade escolar, o texto tem brechas de relativismo pedagógico e à captura para interesses particulares, ao não delimitar claramente o papel das famílias no processo educativo. A omissão de garantias quanto à universalidade dos conteúdos e à proteção contra interferências não justificadas para o interesse geral, compromete a equidade do direito à educação.

Propostas:

- A participação das famílias e encarregados/as de educação deve ser encorajada, mas não pode sobrepor-se a conteúdos científicos, curriculares e pedagógicos definidos pelo Estado democrático e pelos profissionais da educação. A escola pública tem o dever de assegurar o direito de todas as crianças e jovens a uma educação assente nos Direitos Humanos, na Democracia e na Igualdade.
- Dever-se-ão suprimir todas as ambiguidades que permitam que famílias contestem conteúdos fundamentais, como igualdade de género, diversidade, educação sexual, participação cívica ou outro qualquer conteúdo. Esta fragilidade abre espaço à exclusão de entidades externas essenciais, como Organizações da Economia Social que trabalham a prevenção da violência, a promoção da IG, a saúde, incluindo a sexual e reprodutiva e a defesa dos direitos humanos.
- Deve ser garantido que as parcerias externas estejam alinhadas com os princípios constitucionais e os direitos humanos, e que a sua participação não dependa da aceitação ou veto por parte de famílias — sobretudo quando se trata de temas obrigatórios como consentimento, prevenção de IST, combate à violência de género ou cidadania digital, entre outras.
- É fundamental explicitar que o envolvimento das famílias não pode ser usado para justificar retrocessos nos conteúdos programáticos. Recorde-se que, em Portugal, a maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes ocorre no seio familiar. A escola deve funcionar como espaço seguro e emancipador, sobretudo para crianças e jovens vulnerabilizados/as.
- Reforçar a importância do trabalho em rede com organizações da sociedade civil, autarquias, instituições de saúde, direitos humanos, empreendedorismo, democracia, educação para a cidadania global, educação para o desenvolvimento sustentável, igualdade, cultura, ambiente, etc.
- Reforçar o papel dos clubes de cidadania, assembleias de turma, conselhos de alunos/as e outros mecanismos internos de participação;
- Reforçar o direito de todos os alunos e alunas a aceder sem discriminação a conteúdos de cidadania emancipatória, crítica, inclusiva e baseada em evidência científica;
- Reforçar a valorização do papel da escola como espaço coletivo de construção democrática, e não como espelho de consensos familiares ou comunitários acríticos.

- Reforçar o reconhecimento da cidadania como área estruturante e com condições adequadas de funcionamento: tempo letivo protegido, formação contínua de docentes, coordenação qualificada, mecanismos de autoavaliação participada e integração plena no Projeto Educativo, sempre reforçado por organizações da Economia Social da área territorial de envolvimento ou de âmbito nacional.
- Deverá ficar explícito o grau de autonomia que direções de AE, escolas não agrupadas e pessoas docente terão para convidar entidades externas para a dinamização de sessões e atividades no âmbito da Diversidade e Inclusão, assim como o papel das famílias nesta decisão.
- É igualmente importante que seja definido um quadro claro de capacitação para a classe docente, uma vez que esta desempenha um papel privilegiado na consciencialização e “capacitação” de encarregados/as de educação e das famílias para os temas abordados na ENEC.
- Deverá ser incluído um ponto específico sobre formação contínua do corpo docente, onde conste um plano nacional de formação em temas de cidadania, diversidade e inclusão - referida no documento como necessária, mas sem cronograma ou obrigatoriedade clara.

Contributos para a Secção 5. Operacionalização da Educação para a Cidadania – componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento

5.1. Ao nível do agrupamento de escolas/escola não agrupada:

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentário:

O texto é suficientemente claro quanto à responsabilidade dos diferentes órgãos escolares e à necessidade de elaborar uma Estratégia própria de Educação para a Cidadania. No entanto, falta clarificar como se garantirá o alinhamento entre as escolas e a ENEC nacional, bem como os critérios mínimos obrigatórios para evitar disparidades profundas entre territórios e agrupamentos.

Propostas:

- É essencial definir critérios orientadores obrigatórios e comuns a todas as escolas, para garantir coerência nacional, inclusão e proteção contra retrocessos locais nos conteúdos e métodos de Educação para a Cidadania.
- Promover projetos de educação para a cidadania inter-escolas, no sentido de dar a conhecer diferentes realidades e promover a solidariedade e coesão territorial.
- Embora seja clara a autonomia de cada escola e agrupamento de escolas para desenvolver a sua própria Estratégia de Educação para a Cidadania, é de extrema importância ter em consideração o carácter diverso da classe docente e das comunidades escolares, assim como as desigualdades e dificuldades sentidas no contexto educativo e escolar a nível de nacional. Para garantir que todas as crianças e jovens têm acesso a uma educação para a cidadania plena e igualitária, deverão ser construídos materiais de apoio e ferramentas de trabalho como manuais de facilitação e planos de sessão, que auxiliem os órgãos escolares na construção da ENEC.

-
- A Estratégia local deve prever o envolvimento estruturado de entidades externas, nomeadamente Organizações da Economia Social nas várias dimensões, bem como autarquias e centros de saúde, garantindo diversidade temática e coerência com os valores da escola pública democrática.

As Estratégias Locais de Educação para a Cidadania devem:

- Incluir um diagnóstico participativo inicial, envolvendo docentes, alunos/as, técnicos/as, famílias e organizações da comunidade;
- Ser obrigatoriamente alinhadas com a ENEC nacional, a Constituição da República, a ENIND e os ODS;
- Incluir critérios explícitos de não discriminação, interseccionalidade e promoção da igualdade.

É indispensável assegurar:

- Tempo letivo próprio e protegido para a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento;
- Formação contínua dos docentes e coordenadores/as;
- Atribuição de horas de serviço letivo para a coordenação da Estratégia de Cidadania da Escola;
- Apoio técnico-pedagógico por parte da DGE e outras entidades públicas relevantes.
- O/a coordenador/a da Estratégia de Cidadania deve ter formação especializada e reconhecimento institucional, integrando obrigatoriamente o Conselho Pedagógico ou estrutura equivalente.

A definição dos critérios de avaliação da componente deve garantir:

- A inclusão de indicadores qualitativos e quantitativos sobre impacto, participação e inclusão;
- Instrumentos de avaliação participada, incluindo a voz dos alunos/as e da comunidade;
- Monitorização de possíveis desigualdades de género, sociais ou territoriais na sua implementação.

5.2. Ao nível da turma:

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentário:

O texto é claro ao descrever a distribuição de responsabilidades entre o/a diretor/a de turma, os conselhos de turma e os encarregados/as de educação, bem como o processo de aprovação dos planos anuais de cidadania. No entanto, falta explicitação de como garantir coerência entre turmas e ciclos, bem como proteção contra interferências ideológicas nas escolhas curriculares.

A autonomia das turmas na escolha das Dimensões a trabalhar, especialmente do segundo grupo, sem mecanismos de correção ou compensação curricular, pode gerar assimetrias graves entre alunos/as de uma mesma escola ou agrupamento. Falta também garantir que os/as docentes têm formação, tempo e condições para planear e implementar esta componente com qualidade.

Propostas:

- É importante garantir que todos os alunos e alunas acedem, ao longo do seu percurso, a todas as Dimensões da ENEC, mesmo quando são escolhidas apenas algumas por turma. Não deve haver desigualdade de acesso a temas essenciais como direitos humanos, sustentabilidade, igualdade, saúde, democracia ou diversidade.
- O plano de cidadania da turma deve ser baseado nas Aprendizagens Essenciais, com orientação pedagógica clara. A participação dos alunos e alunas é essencial, mas não pode substituir critérios curriculares e científicos.
- O envolvimento das famílias deve ser valorizado, mas sem permitir que impeçam o acesso das alunas e dos alunos a temas legalmente previstos, como igualdade de género, educação sexual, saúde, diversidade ou democracia.
- A DGE deve disponibilizar exemplos de planos de cidadania por ciclo, e apoiar as escolas com recursos pedagógicos e formação para docentes.

Contributos para a Secção 6.

Comentário:

A monitorização da ENEC deve avaliar mais do que a implementação administrativa — deve medir também o impacto nas aprendizagens, na inclusão e na participação democrática dos alunos e alunas.

Propostas:

Devem ser definidos indicadores claros e públicos, por exemplo:

- Percentagem de escolas que implementam todas as Dimensões;
- Grau de participação de alunos/as na definição dos planos de cidadania;
- Participação de entidades externas qualificadas;
- Ações realizadas sobre Igualdade, Diversidade e Direitos Humanos.
- É importante incluir a voz dos alunos e alunas, das famílias, de docentes e das organizações parceiras no processo de monitorização. A avaliação deve ser participativa e transparente.
- Propõe-se a criação de relatórios bienais públicos sobre o estado da cidadania nas escolas, incluindo boas práticas e desafios.

- A DGE deve garantir apoio técnico e pedagógico às escolas, com uma equipa de referência regional, para garantir que a Estratégia é aplicada com qualidade e equidade em todo o território.

- Incluir na monitorização o indicador da meta 4.7.1, que define Grau com que a (i) educação para a cidadania global e a (ii) educação para o desenvolvimento sustentável são disseminados em (a) políticas educativas nacionais, (b) programas educativos, (c) formação de professores/as e (d) avaliação de estudantes.

Apreciação global da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) constitui um instrumento fundamental para promover uma educação pública baseada nos valores da democracia, dos direitos humanos, da igualdade e da justiça social. No entanto, a proposta atualmente em consulta pública apresenta omissões e fragilidades estruturais que comprometem esse propósito. Face aos desafios contemporâneos — desigualdade de género, desinformação, discriminação, violência de género, crise climática, saúde pública —, é do nosso ponto de vista aconselhável uma reformulação profunda da proposta, com base nos seguintes eixos:

1. Direitos Humanos, Igualdade de Género e Diversidade como pilares estruturantes

A ENEC deve afirmar de forma inequívoca a centralidade dos Direitos Humanos, incluindo explicitamente:

- A igualdade de género como conteúdo obrigatório em todos os ciclos de ensino, desde o 1.º ciclo ao ensino secundário;
- O combate à violência de género, incluindo a violência no namoro e sexual, como parte das aprendizagens essenciais;
- A abordagem clara e sistemática da identidade de género, orientação sexual e expressão de género;
- A desconstrução de papéis de género, estereótipos e normas associadas a masculinidades tóxicas, enquanto condição para a prevenção da misoginia e da violência baseada no género.

A omissão ou a diluição destes conteúdos representa um retrocesso sem justificação pedagógica, ignorando os compromissos legais e internacionais assumidos por Portugal, nomeadamente a Constituição da República Portuguesa, a Lei n.º 60/2009 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5, 10 e 16).

2. Educação para a saúde e sexualidade como componentes obrigatórias

A dimensão da Saúde deve integrar o conjunto de dimensões obrigatórias (Grupo 1), sendo desenvolvida em todos os ciclos de forma progressiva e adaptada à idade. Esta deve incluir:

- Educação sexual e reprodutiva baseada em evidência científica;
- Consentimento, afetos e construção de relações saudáveis;
- Prevenção de IST, gravidez não desejada e violência sexual;

- Autonomia corporal e literacia em saúde.

A sua exclusão ou redução a um subtema invisível compromete o direito das crianças e jovens a uma educação integral e põe em risco a saúde pública, conforme demonstrado pelo aumento das IST entre os 15 e os 24 anos e pela persistência da violência de género.

3. Linguagem inclusiva e acessível

A redação da ENEC deve ser revista para adotar:

- Uma linguagem clara, centrada nas pessoas e nas vivências escolares;
- Uma comunicação inclusiva de género, alinhada com os compromissos nacionais e internacionais;
- A eliminação de expressões ambíguas como “liberdade de escolha”, que podem justificar retrocessos em conteúdos essenciais.

A linguagem utilizada deve reforçar os princípios de não discriminação e de valorização da diversidade, tornando o documento acessível a toda a comunidade educativa.

4. Participação das famílias e autonomia pedagógica

A participação das famílias é importante, mas não pode condicionar os conteúdos definidos pelas orientações pedagógicas e científicas do sistema educativo. Deve ser assegurado:

- Que os conteúdos como igualdade de género, diversidade, democracia e saúde sexual sejam de acesso universal e não sujeitos a veto parental;
- Que a escola pública seja um espaço seguro e emancipador, com responsabilidade institucional para abordar temas sensíveis com rigor científico e adequação à idade;
- Que se defina claramente o papel das famílias nos projetos de cidadania, garantindo que este não substitui nem compromete a autonomia profissional dos/as docentes.

5. Entidades externas e rede educativa

A dinamização de sessões com entidades externas deve ser reconhecida como essencial para enriquecer o trabalho pedagógico e promover a ligação da escola à comunidade. Propõe-se:

- Garantir a autonomia das direções escolares e dos/as docentes para estabelecer parcerias com entidades reconhecidas na área da cidadania, direitos humanos, diversidade e saúde;
- Impedir que a sua intervenção fique sujeita à autorização ou veto familiar, sobretudo quando envolvem conteúdos obrigatórios;
- Reforçar a articulação com autarquias, centros de saúde, organizações da sociedade civil, juventude, cultura, ambiente e direitos humanos (por exemplo recorrendo a projetos como CLDS, Escolhas, Projetos do Fundo Ambiental, projetos financiados pelo Instituto Camões, pela CIG, entre outros).

6. Formação docente e condições de implementação

A qualidade da Estratégia depende da preparação e valorização dos/as profissionais de educação. Propõe-se:

- A criação de um plano nacional de formação contínua em cidadania, com cronograma e conteúdos obrigatórios;
- A produção de materiais pedagógicos e planos de sessão por ciclo de ensino;
- A garantia de tempo letivo protegido e atribuição de horas de serviço letivo à coordenação da cidadania nas escolas;
- Que os/as coordenadores/as tenham formação especializada e reconhecimento institucional, integrando os órgãos pedagógicos.

7. Universalidade e equidade curricular

A atual proposta, ao permitir que turmas escolham livremente as dimensões a trabalhar, pode gerar desigualdades profundas entre alunos/as da mesma escola. Para garantir equidade:

- Deve assegurar-se que todos/as os/as alunos/as acedem a todas as Dimensões da ENEC ao longo do percurso escolar;
- O plano de cidadania de cada turma deve estar ancorado nas Aprendizagens Essenciais e não sujeito a relativismo curricular;
- A DGE deve fornecer exemplos orientadores por ciclo e apoiar as escolas com recursos e ferramentas adequadas.

8. Monitorização, avaliação e participação

A monitorização da ENEC deve ultrapassar a dimensão administrativa e focar-se no impacto real. Propõe-se:

- A definição de indicadores públicos (ex.: escolas que abordam todas as dimensões; participação de alunos/as e entidades externas);
- A elaboração de relatórios bienais públicos sobre a implementação da cidadania nas escolas;
- A inclusão da voz de alunos/as, famílias, docentes e parceiros na avaliação;
- O reforço de equipas regionais de apoio técnico-pedagógico para assegurar a equidade territorial.

9. Alinhamento com agendas internacionais

A ENEC deve estar claramente articulada com:

- A Constituição da República Portuguesa;
- A ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação;

- A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e as metas dos ODS;
- Todos os compromissos nacionais internacionais em conteúdos abordados pela ENEC;
- O Quadro do Conselho da Europa para a Educação para a Cidadania Democrática.

10. Transparência e calendarização da consulta pública

A realização da consulta pública num período coincidente com as férias escolares limitou seriamente a participação informada da comunidade educativa. É necessário garantir:

- Processos de consulta verdadeiramente participativos;
- Prazo adequado para o estudo e debate das propostas;
- Envolvimento de alunos/as, profissionais da educação, famílias e organizações sociais.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania deve afirmar-se como uma ferramenta central para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e solidária. Para isso, é essencial garantir o acesso universal e equitativo a aprendizagens estruturantes, baseadas nos direitos humanos, na igualdade de género, na diversidade, na justiça social e na sustentabilidade.

A ENEC deve ser reforçada como instrumento transformador, promotor de uma cidadania crítica, inclusiva e emancipadora. A sua implementação exige coragem política, clareza pedagógica e compromisso com os direitos de todas as crianças e jovens. A escola pública deve garantir, com rigor científico e empatia, o direito de aprender sobre o corpo, os afetos, o respeito, a democracia, a igualdade e a justiça social.

As escolhas que forem feitas nesta revisão terão um impacto profundo na formação das novas gerações. Excluir ou enfraquecer conteúdos fundamentais — como a educação sexual e reprodutiva, a igualdade de género, a prevenção da violência ou a cidadania digital — compromete o papel da escola pública enquanto espaço de desenvolvimento pleno, de proteção e de liberdade.

É tempo de reforçar, e não de recuar. A ENEC deve responder com ambição e responsabilidade aos desafios atuais, promovendo o pensamento crítico, a empatia, a participação democrática e a convivência em diversidade. Todas as crianças e jovens têm o direito de crescer com acesso ao conhecimento, à dignidade e ao respeito. A escola deve garantir que esse direito seja efetivamente cumprido.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e a Educação para a Cidadania Global (ECG) devem ocupar uma posição central na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, em conformidade com o Objetivo 4.7 da Agenda 2030, que apela à aquisição de conhecimentos e competências para promover o desenvolvimento sustentável, estilos de vida saudáveis, igualdade de género, direitos humanos, cidadania global, cultura de paz e valorização da diversidade cultural.

A construção de sociedades justas, equitativas e sustentáveis exige o reconhecimento da interdependência entre as dimensões ambiental, social e económica, entendidas como um ecossistema a ser equilibrado. A educação deve assumir um papel transformador e urgente, sobretudo perante o contexto das alterações climáticas.

É essencial que a ENEC se inspire num novo contrato social para a educação, capaz de reparar injustiças e transformar o futuro, tal como proposto pela UNESCO. Isso implica currículos que promovam a adaptação e a mitigação das alterações climáticas, espaços deliberativos, cidadania democrática, relações de cuidado e práticas colaborativas. A aprendizagem deve partir da valorização

da diversidade, do pluralismo e da diferença, permitindo aos estudantes combater ativamente o fanatismo, a exclusão, o racismo, o sexismo e os legados do colonialismo e do autoritarismo.

A pedagogia da solidariedade deve ser o alicerce desta abordagem, promovendo empatia, cooperação e transformação coletiva. Os currículos devem integrar aprendizagens ecológicas, interculturais e interdisciplinares, que fomentem não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a sua crítica e aplicação. As escolas devem ser espaços protegidos, promotores de inclusão, equidade e bem-estar, com práticas educativas alinhadas com os direitos humanos e com a sustentabilidade do planeta.

Aprendizagens Essenciais

Contributos relativos à Introdução

A introdução das Aprendizagens Essenciais pode ser reforçada tornando mais visível a ligação ao desenvolvimento de competências transversais como pensamento crítico, autonomia e relação interpessoal. É importante afirmar o papel estruturante da educação para os direitos humanos e para a igualdade, bem como destacar a função da escola como espaço de articulação entre aprendizagens e participação ativa nos contextos locais, promovendo justiça, inclusão e cidadania.

Contributos para a Dimensão Direitos Humanos

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se a inclusão explícita da temática da igualdade de género, não apenas como discriminação a rejeitar, mas como princípio positivo a promover desde o início da escolaridade.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Propõe-se também a inclusão da igualdade de género como conteúdo autónomo e estruturante, indo além da referência genérica à inclusão ou estereótipos, para reforçar a abordagem crítica às desigualdades persistentes.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Alterar a referência à “liberdade de escolha”, no ponto “reconhecer a importância da liberdade de escolha, independentemente das características de cada indivíduo, do território de origem e da condição social, entre outras”, para “liberdade de ser”, evitando qualquer tipo de interpretação discriminatória.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Sugere-se aprofundar a abordagem da interseccionalidade nos direitos humanos, com destaque para desigualdades de género, etnia, orientação sexual e condição socioeconómica, como parte da análise crítica de desafios globais. Também seria relevante introduzir referências à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, em linha com compromissos internacionais de direitos humanos.

Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos e Alunas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se reforçar metodologias que promovam o pensamento crítico e o reconhecimento da diversidade desde os primeiros anos, com exemplos práticos relacionados com contextos de desigualdade.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se diversificar os instrumentos de trabalho, incluindo oficinas temáticas sobre igualdade e direitos, bem como maior articulação com atividades desenvolvidas em parceria com associações locais ou movimentos sociais.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Poderia ser prevista a realização de atividades com foco em direitos específicos (das crianças, das mulheres, das pessoas com deficiência, migrantes, etc.), incluindo a análise de casos reais e o contacto com testemunhos.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Sugerem-se estratégias que favoreçam o envolvimento dos alunos e alunas em iniciativas de *advocacy* e campanhas de sensibilização, com ligação a organizações da sociedade civil e aos mecanismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos.

Contributos para a Dimensão Democracia e Instituições Políticas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se tornar a linguagem mais acessível e concreta, focando-se em situações do quotidiano relacionadas com escuta, regras e decisões em grupo. A referência à “corrupção” poderá ser complementada por “comportamentos injustos ou desonestos”, mais ajustado à idade.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se reforçar a participação democrática na escola, com introdução de conceitos como representação, voto e assembleia. Deve também destacar-se a igualdade no acesso à participação cívica, com exemplos concretos.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Propõe-se aprofundar a participação juvenil em contextos reais e incluir desafios à democracia, como discurso de ódio e desinformação. Deve ainda explicitar-se o conceito de governança democrática, ligado à ética e responsabilidade cívica.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Sugere-se reforçar a análise crítica de desafios atuais à democracia, como desconfiança institucional, redes sociais e regimes não democráticos. A “Defesa Nacional” deve ser contextualizada como parte da segurança democrática e da defesa de direitos.

Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos e Alunas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Recomenda-se maior ligação às vivências quotidianas das crianças, promovendo o diálogo, a escuta ativa e a tomada de decisões em grupo de forma simples e concreta. As dramatizações devem focar situações-problema do dia a dia que ajudem a interiorizar valores democráticos.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Sugere-se aprofundar a componente participativa, incluindo simulações de assembleias escolares, atividades de eleição e projetos colaborativos. As atividades devem facilitar a compreensão de processos democráticos reais, reforçando a sua ligação à vida escolar.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Propõe-se integrar debates sobre temas atuais (desinformação, discurso de ódio, participação digital), bem como promover a ligação com iniciativas locais, como orçamentos participativos ou associações juvenis. Importa reforçar a articulação com a vida comunitária.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Recomenda-se o envolvimento em projetos de intervenção cívica, fóruns de debate e contacto com instituições democráticas. Podem ser incluídas visitas a assembleias, sessões com representantes eleitos ou desenvolvimento de campanhas sobre temas cívicos.

Contributos para a Dimensão Desenvolvimento Sustentável

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se reforçar a articulação entre sustentabilidade e justiça social, ligando a melhoria da qualidade de vida às condições reais das comunidades. Pode ser útil explicitar a ligação entre ambiente, bem-estar e igualdade. É importante a inclusão de conhecimentos das alterações climáticas, dado ser um desafio sem precedentes para toda a comunidade global, afetando todos os aspetos do desenvolvimento sustentável. Incluir o pensamento sistémico e relação de interdependência entre os desafios globais.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se uma abordagem mais clara às desigualdades ambientais e sociais, bem como à responsabilidade individual e coletiva. Deve ser incluído o conceito de justiça climática e a necessidade de mudanças sistémicas.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Sugere-se aprofundar as interligações entre alterações climáticas, pobreza, género e direitos humanos. Seria pertinente incluir referências a crises ecológicas globais, privilegiando uma abordagem crítica e interdependente.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se reforçar a dimensão política e ética da sustentabilidade, incluindo temas como governança ambiental, transição justa e cooperação internacional em matérias de desenvolvimento sustentável. Seria útil introduzir a análise de políticas públicas e estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas, numa lógica de enquadramento no quadro da Cidadania Global. Reconhecimento da relação entre as alterações climáticas e a necessidade de uma abordagem sistémica para enfrentá-la.

Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos e Alunas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se que as ações promovam uma ligação direta ao território e envolvência com a natureza onde vivem as alunas e os alunos, incluindo visitas a espaços verdes, hortas ou projetos comunitários de reciclagem e economia circular, entre outros, favorecendo o envolvimento prático.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se reforçar atividades de pesquisa e debate sobre consumo responsável, desperdício alimentar e impacto ambiental. As estratégias devem promover o trabalho colaborativo e a experimentação.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Propõe-se integrar metodologias de aprendizagem baseada em problemas, com desafios ligados à comunidade local (mobilidade, resíduos, energia, etc.). Devem ser incluídas dinâmicas que estimulem o ativismo informado e o pensamento crítico de educação para a cidadania global.

Devem adquirir conhecimentos que lhes permitam explicar efetivamente os efeitos da mudança climática em suas regiões.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Sugere-se o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que envolvam diagnóstico, proposta e implementação de soluções sustentáveis, incluindo o contacto com investigadoras/as, decisores/as e organizações da sociedade civil, das áreas sociais e ambientais. Promover aula baseada em projeto, identificando e quantificando os vários impactos negativos que podem ter no ambiente escolar ou na comunidade sobre a biodiversidade e um plano de ação para substituir as práticas negativas pelas positivas.

Contributo para a Dimensão Literacia Financeira e Empreendedorismo

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se maior cuidado com a linguagem utilizada, para garantir que os conceitos como “empréstimos” ou “planos de ação” sejam devidamente ajustados à idade. Propõe-se introduzir

exemplos do quotidiano infantil como por exemplo “poupar para comprar um brinquedo” para facilitar a compreensão.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se reforçar o foco na ética associada às decisões financeiras e no impacto social dos projetos empreendedores. Seria útil integrar o conceito de economia solidária, abordando também formas de organização da economia social, nomeadamente a cooperativa, mas todas as outras da economia social que permitem trabalhar o conceito de empreendedorismo social.

Ligação com o conceito de economia circular e promoção de consumo responsável (por exemplo produtos mais verdes, reutilizar itens).

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Sugere-se explicitar a importância da responsabilidade financeira, incluindo temas como consumo responsável, marketing e endividamento. Pode ser incluída uma abordagem crítica ao sistema financeiro e às suas desigualdades estruturais. Ligação ao conceito de economia circular, dando a conhecer benefícios económicos e ambientais dos comportamentos circulares e responsáveis.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se aprofundar a ligação entre empreendedorismo, empreendedorismo social e responsabilidade social, destacando a importância da sustentabilidade económica e ecológica nos modelos de negócio. Deve ser incentivada a criação de projetos com impacto positivo na comunidade.

Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos e Alunas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se o uso de histórias, jogos e dramatizações com situações reais e simples, para promover atitudes positivas em relação à poupança e à tomada de decisões. As atividades devem valorizar a cooperação, não apenas a iniciativa individual.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se a introdução de projetos práticos de pequena escala (como feiras escolares ou campanhas solidárias), permitindo aos alunos e alunas vivenciar no terreno a criação, planeamento e gestão de um projeto com objetivos concretos.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Sugere-se promover simulações de decisões financeiras (ex. orçamentos mensais ou planos de negócio), sempre com reflexão sobre as implicações éticas e sociais das escolhas feitas. Os projetos devem permitir análise crítica do consumo sobre práticas de consumo responsável.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se a realização de projetos interdisciplinares de empreendedorismo sustentável, que integrem preocupações sociais, ambientais e económicas, e que envolvam parceiros externos (como organizações da economia social, empresas locais ou autarquias).

Contributos para a Dimensão Saúde

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se promover o bem-estar emocional e relações saudáveis na escola, com linguagem e práticas adequadas à idade. Deve reforçar-se o reconhecimento e expressão de emoções e a perceção do estado emocional. Valoriza-se também o bem-estar físico e psicológico, através do contacto com a natureza e de uma alimentação sustentável, promovendo uma ligação ética entre saúde humana e planetária.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se o alargamento dos conteúdos à saúde mental, abordando questões como autoestima, stress, ansiedade e convivência saudável. Deve reforçar-se a articulação entre saúde física, mental e social, com exemplos práticos. Promoção de conhecimento e capacidade de reconhecer uma dieta sustentável, como forma de promover uma atitude ética concertada entre saúde humana e planetária.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Propõe-se aprofundar a componente da saúde mental e emocional, com abordagens críticas sobre os fatores que afetam o bem-estar dos jovens (pressão académica, redes sociais, relações tóxicas, ansiedade climática), bem como o reconhecimento de ações específicas que promovam a autorregulação. Promoção de conhecimento de dieta sustentável.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Sugere-se aprofundar temas como saúde sexual e reprodutiva, saúde mental, adições e determinantes sociais da saúde. Deve incluir-se a análise crítica de políticas públicas de saúde, acesso equitativo e desigualdades no sistema de saúde. Desenvolver a construção de resiliência, através do enfrentamento construtivo das alterações climáticas. Identificar evidências relacionadas com impacto na saúde relacionadas com as ameaças de perda de ambiente natural e biodiversidade.

Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos e Alunas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 2

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Recomenda-se o uso de atividades lúdicas e expressivas (histórias, jogos, dramatizações) para trabalhar temas como alimentação saudável, higiene, sono e expressão de sentimentos, valorizando a escuta ativa e a empatia.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Sugere-se o desenvolvimento de projetos sobre estilos de vida saudáveis, com espaço para debate e reflexão sobre situações do quotidiano (ex. bullying, relações interpessoais, tempo de ecrã, alimentação, sono).

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Recomenda-se integrar dinâmicas de debate, simulação e projetos de investigação sobre saúde mental, pressão social e emocional, sexualidade e afetos. Os temas devem ser trabalhados de forma segura, inclusiva e com base científica.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se o envolvimento das alunas e dos alunos em projetos participativos sobre saúde e bem-estar, campanhas de sensibilização, entrevistas a profissionais de saúde ou criação de conteúdos digitais. Deve valorizar-se a articulação com serviços locais de saúde e juventude, bem como centros de saúde e organizações da economia social que gerem respostas locais.

Contributos para a Dimensão Risco e Segurança Rodoviária

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se reforçar a ligação às experiências do quotidiano, como os trajetos casa-escola, atravessamentos na passeadeira e transporte escolar e promover o conhecimento e os comportamentos que valorizem a mobilidade sustentável. Deve promover-se a perceção de risco e o respeito pelas regras básicas de segurança.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se incluir reflexão sobre comportamentos de risco, com enfoque no papel de peões e ciclistas, promovendo a ligação com a mobilidade sustentável. Pode explorar-se o impacto dos comportamentos individuais na segurança coletiva.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Sugere-se abordar o uso de trotinetes, bicicletas e outros meios de mobilidade suave, e as suas implicações na segurança rodoviária e estilos de vida que promovem mobilidade sustentável. Pode ser útil trabalhar também o papel da sinalização e das regras de convivência entre utilizadores da via pública.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se integrar uma abordagem mais crítica e contextualizada, incluindo temas como acidentes rodoviários, prevenção, consumo de substâncias e condução, segurança ativa e passiva. Pode também trabalhar-se a segurança em contexto laboral e situações de riscos climáticos.

Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos e Alunas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se o uso de dramatizações, jogos de tabuleiro e simulações de atravessamento em passadeira. Devem valorizar-se atitudes de atenção e respeito pelas regras, com ligação à experiência concreta dos alunos e alunas.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se a realização de percursos escolares seguros e a produção de materiais informativos sobre comportamentos adequados na via pública. As atividades devem envolver observação e reflexão sobre o território.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Sugere-se criar projetos sobre mobilidade segura e sustentável, com inquéritos sobre comportamentos de risco e propostas de melhoria. Devem usar-se dados reais para estimular o pensamento crítico. Após visitar uma floresta, escola ou infraestrutura, os/as alunos/as analisam riscos climáticos e propõem estratégias de mitigação e adaptação, reforçando a resiliência da área e promovendo abordagens interdisciplinares.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se desenvolver campanhas de sensibilização na escola e comunidade, com base em evidência e em parceria com autoridades, envolvendo jovens como agentes ativos. Sugere-se uma abordagem por projeto: discutir como a mobilidade sustentável reduz emissões e riscos climáticos, e pedir aos alunos que calculem a acessibilidade e eficiência energética de veículos partilhados versus individuais usados no trajeto diário.

Contributos para a Dimensão Pluralismo e Diversidade Cultural

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se reforçar o reconhecimento positivo da diversidade cultural como parte do quotidiano das crianças, valorizando diferentes formas de ser, viver e comunicar desde cedo, através de histórias e atividades lúdicas

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Propõe-se aprofundar a compreensão da diversidade como valor e direito, incluindo o combate a estereótipos e preconceitos. Deve integrar-se a análise crítica de situações de exclusão e discriminação cultural no contexto escolar e social.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Sugere-se abordar o pluralismo em articulação com a justiça social, incluindo temas como racismo, xenofobia, pertença cultural e interseccionalidade. Deve promover-se o debate informado e a empatia crítica.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Recomenda-se o desenvolvimento de competências para análise crítica das estruturas de poder associadas à diversidade cultural, incluindo temas como colonialismo, migrações, integração e identidade, e o papel das políticas públicas na promoção da igualdade.

Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos e Alunas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugerem-se atividades que valorizem a diversidade nas turmas e comunidades (partilha de tradições, músicas, línguas, jogos), promovendo o respeito e o interesse pela diferença.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se o uso de oficinas, narrativas e expressões artísticas para abordar temas de identidade e pertença. Podem incluir-se projetos sobre diversidade cultural local, com envolvimento da comunidade.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Sugere-se integrar debates e projetos sobre desigualdades culturais e sociais, com recurso a fontes reais (ex. notícias, documentários, testemunhos). As estratégias devem incentivar o diálogo e a ação cívica.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se o desenvolvimento de projetos interdisciplinares com foco na diversidade, justiça global e memória histórica, articulando passado e presente. Devem ser incentivadas parcerias com associações culturais, migrantes e antirracismo.

Contributo para a Dimensão Media

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se introduzir atividades sobre identificação de diferentes tipos de media (televisão, rádio, internet) e sobre os seus efeitos no quotidiano, com linguagem muito simples. Importa reforçar o reconhecimento de mensagens positivas e negativas.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Propõe-se reforçar a análise crítica de mensagens mediáticas e o reconhecimento da intenção comunicativa (publicitária, informativa, manipuladora). Pode ser incluído o tema da influência dos media sobre comportamentos e estereótipos.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Sugere-se aprofundar os temas da desinformação, discurso de ódio e manipulação mediática, promovendo a literacia digital e o pensamento crítico. Deve incluir-se o reconhecimento de fontes credíveis e o papel da verificação de factos.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se integrar oficinas de literacia mediática e digital, com foco na análise de campanhas, notícias falsas e discursos manipuladores. As atividades devem estimular a produção consciente e ética de conteúdos. Propõe-se o acompanhamento de notícias nos media sobre atividades e campanhas sobre alterações climática. Por exemplo, greve do *Fridays for Future*, e discutir essas atividades e seu impacto com os colegas, família e pessoas da comunidade.

Ações estratégicas de ensino orientadas para o Perfil dos Alunos e Alunas

Apreciação Global:

Clareza – 3

Adequação – 3

Comentários/propostas 1.º ciclo:

Sugere-se o uso de histórias, vídeos curtos e jogos que incentivem a leitura de imagens, sons e mensagens simples. As atividades devem promover o diálogo sobre o que se vê, ouve e partilha, com foco na segurança e no respeito.

Comentários/propostas 2.º ciclo:

Recomenda-se a criação de pequenos projetos de análise e produção de conteúdos (como cartazes, vídeos ou podcasts), incentivando a criatividade, mas também a reflexão crítica sobre os media consumidos.

Comentários/propostas 3.º ciclo:

Propõe-se integrar oficinas de literacia mediática e digital, com foco na análise de campanhas, notícias falsas e discursos manipuladores. As atividades devem estimular a produção consciente e ética de conteúdos.

Comentários/propostas Ensino Secundário:

Propõe-se integrar oficinas de literacia mediática e digital, com foco na análise de campanhas, notícias falsas e discursos manipuladores. As atividades devem estimular a produção consciente e ética de conteúdos.

Apreciação Global

Apreciação Global: 3

A proposta de Aprendizagens Essenciais para a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento apresenta uma base coerente e estruturada, alinhada com o Perfil dos Alunos e Alunas à Saída da Escolaridade Obrigatória. Reconhece-se o esforço de clareza terminológica e organização progressiva por ciclos de ensino, com destaque para a promoção de valores democráticos, do pensamento crítico, da participação ativa e da educação para os direitos humanos.

Contudo, em várias dimensões — como Direitos Humanos, Igualdade de Género, Saúde ou Desenvolvimento Sustentável — persistem omissões significativas que enfraquecem a coerência pedagógica e a relevância social do documento. A ausência ou diluição de conteúdos como a educação sexual, a diversidade de género, a justiça climática ou a saúde mental constitui um risco para a efetividade desta disciplina como espaço de aprendizagem significativa, inclusiva e transformadora.

É fundamental reforçar a centralidade da igualdade, da não discriminação e da justiça social como pilares das aprendizagens, e valorizar a articulação entre conhecimento, atitude e ação. O documento beneficiaria com a inclusão mais explícita de metodologias participativas, abordagens baseadas na interseccionalidade e exemplos ancorados nos contextos reais vividos pelos alunos e alunas — especialmente os mais vulneráveis.

Recomenda-se o reforço de conhecimentos e valores relevantes para o desenvolvimento sustentável e de resiliência às alterações climáticas. Promover a compreensão e a análise das raízes da crise climática em todos os ciclos de ensino.

Os resultados de aprendizagem propostos devem ser aplicados e fundamentados no contexto económico, social e ambiental local de forma a dar uma perspetiva real. Tais exemplos locais podem ser seguidos por casos regionais, nacionais, internacionais e mundiais. Reforçando uma aprendizagem ativa, participativa, experiencial, baseada em projetos e na resolução de problemas locais, que fornecem terreno fértil para o desenvolvimento de habilidades pró-sustentabilidade.

Os conceitos de sustentabilidade ambiental como: ecossistema e biodiversidade, justiça climática, economia circular (pós carbono), estilos de vida sustentáveis, sistemas resilientes, ciência do clima devem ser incluídos numa educação de qualidade e inclusiva.

Exemplos de atividades de aprendizagem para medir as competências são ensaios e relatórios, relato de histórias, observação de comportamento dos estudantes, trabalho baseado em projetos, diários do estudante, formas de expressão artística, incluindo redação criativa, artes visuais, simulações e dramatizações e participação em assembleias, debates, tribunais simulados, órgãos de governança.

Não obstante os contributos para as Dimensões e Ações Estratégicas, queremos alertar que o fizemos à luz do documento proposto, não obstante, entendemos que as aprendizagens não são sempre definidas enquanto tal, confundindo-se muitas vezes com objetivos, conteúdos e/ou atividades.

A escola pública deve assumir-se como espaço seguro e informativo para todas as crianças e jovens, promovendo, de forma científica e crítica, o reconhecimento da diversidade, a cidadania plena e o direito a viver sem violência. A omissão de dimensões essenciais da experiência juvenil — como o corpo, a identidade, os afetos ou o cuidado com o planeta — seria um retrocesso educativo e ético.

Recomenda-se, por isso, uma revisão que assegure o equilíbrio entre conteúdos estruturantes e metodologias transformadoras, reforçando a missão da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento como alicerce de uma escola democrática, justa e promotora dos direitos de todas as pessoas.

Entidade proponente: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Entidades Subscritoras:

ANFR – Associação Nacional de Futebol de Rua

APPDI – Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão

Associação Autocaravanista de Portugal – CPA

Casa da Esquina

CooLabora, CrI

Entretodos - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Social

IMVF – Instituto Marquês Valle Flor

K-Evolution

O Monte - ACE

SEIES, CrI